



Educação Unisinos

E-ISSN: 2177-6210

revistaeduc@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

Costa Almeida, Luana

Escolas vizinhas, desempenho e composição socioeconômica desiguais: investigando a desigualdade escolar

Educação Unisinos, vol. 21, núm. 2, mayo-agosto, 2017, pp. 174-185

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=449652565007>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

## **Escolas vizinhas, desempenho e composição socioeconômica desiguais: investigando a desigualdade escolar**

### **Neighboring schools, performance and unequal socioeconomic composition: Investigating school inequality**

Luana Costa Almeida<sup>1</sup>  
Universidade do Vale do Sapucaí  
luanaca@gmail.com

---

**Resumo:** O presente artigo é fruto de pesquisa financiada pela FAPESP e problematiza a desigualdade escolar tomando uma de suas possíveis facetas: a distribuição de alunos entre escolas vizinhas. Discute a questão trazendo para a análise das desigualdades educacionais a segregação escolar e a possibilidade de escolha da escola pelas famílias. Metodologicamente, dialoga com autores que tratam do assunto e utiliza o mapeamento de escolas vizinhas da rede pública do município de Campinas (SP), cruzando informações de desempenho no IDEB e da composição socioeconômica das famílias de cada escola. O percurso empreendido permite avançar metodologicamente na investigação de fatores associados à desigualdade educacional, a partir da discussão da distribuição desigual de matrículas entre escolas vizinhas, trazendo evidências diretas e indiretas sobre a segregação escolar e a escolha da escola.

**Palavras-chave:** desigualdade educacional, escolha de escola, segregação escolar.

**Abstract:** This paper is the result of a research financed by FAPESP and it discusses the school inequality taking into account one of its possible facets, which is the distribution of students among neighboring schools. It discusses the question by analyzing the educational inequalities bringing concepts of residential segregation, school stratification and the possibility of school choice by the families. Methodologically, it carries on a dialogue with authors who discuss the subject and uses a mapping of neighboring public schools in Campinas (São Paulo State, Brazil), crossing performance information provided by IDEB and socioeconomic composition of families from each school. The work allowed to advance methodologically in the investigation of factors associated with educational inequality by discussing the unequal enrollment distribution among neighboring schools, observing direct and indirect evidences about school stratification and school choice.

**Keywords:** educational inequality, school choice, school stratification.

---

<sup>1</sup> Universidade do Vale do Sapucaí. Av. Pref. Tuany Toledo, 470, 37550-000, Pouso Alegre, MG, Brasil.

A desigualdade social tem merecido destaque na análise e reflexão de diversas áreas das ciências sociais. Na educação, de forma mais específica, a desigualdade social tem sido estudada em relação com a desigualdade educacional, associada a questões como analfabetismo, baixos níveis de escolarização, desigualdades de percursos escolares etc., aspectos que não podem ser tomados como restritos às ações da instituição escolar. Bourdieu (1974) desvelou tal relação quando propôs que a desigualdade apresentada pela educação tem correlação com a social. Aspecto corroborado pela observação do nível socioeconômico (NSE) das famílias como parte significativa do que compõe o desempenho escolar das crianças (Coleman *et al.*, 1966; Freitas, 2011; Travitzki, 2013; Dalben, 2014).

No estudo da desigualdade educacional em relação aos fatores externos à escola, parecem promissoras as investigações que observam as condições socioespaciais vivenciadas no entorno social das escolas, já que ampliam a unidade de análise da família, e sua relação com a escola, passando a ter como objeto de estudo as condições socioeconômicas e culturais da população atendida as quais abarcam a distribuição das oportunidades sociais e educacionais disponível na região, entendidas como a estrutura, a qualidade e o acesso aos serviços públicos, dentre os quais os escolares. Como afirmam Koslinski e Alves (2012) “[...] olhar para o território habitado como esfera também capaz de impactar nos desfechos educacionais e na distribuição das oportunidades educacionais, traz novos elementos para a compreensão das trajetórias educacionais vivenciadas pelos alunos”.

Analizar as desigualdades educacionais, neste viés, passa pelo estudo das questões que impactam a possibilidade de vida das famílias em um determinado território e suas possibilidades de ação, as quais são condicionadas<sup>2</sup> tanto por suas características socioeconômicas e culturais, quanto pela estrutura de oportunidades existente no entorno social em que vivem, a qual pode ser provida pelo Estado, Mercado ou Sociedade Civil e se relaciona, dentre outras, à infraestrutura e oferta de serviços existentes nos bairros.

As estruturas de oportunidades definem-se em termos de oportunidades de acesso a bens, serviços e ao desempenho de atividades. Essas oportunidades incidem sobre o bem-estar dos domicílios, seja porque facilitam aos residentes usar seus próprios recursos, seja porque lhes proporciona recursos novos (Katzman e Filgueira, 1999, p. 21, tradução nossa).

Ben Ayed (2012), analisando o caso francês, ressalta que as desigualdades no êxito dos alunos estão ligadas às desigualdades sociais e culturais de seus familiares, aspecto, em estudos como os apresentados em Ribeiro e Katzman (2008), relacionado às condições de vida e estrutura de oportunidades do lugar onde vivem.

Estudos nacionais voltados à compreensão dos diferentes resultados escolares observados, especialmente via políticas de avaliação em larga escala, têm apontado o importante papel dos arranjos socioespaciais na compreensão da questão. Soares *et al.* (2008), em pesquisa circunscrita à rede de ensino de Belo Horizonte, constataram que as escolas públicas que atendem a grupos socioeconômicos muito parecidos, mas localizadas territorialmente em pontos distintos possuem resultados diferentes, o que levou os autores à conclusão de que “[...] a unidade territorial abriga em seu interior diferenças que apenas estudos mais detalhados conseguiriam captar” (p. 140).

A investigação da relação entre as condições socioespaciais e aspectos da escolarização de segmentos da população é um tema recente no Brasil, mas que já tem merecido atenção de pesquisadores da área preocupados com a compreensão do fenômeno (dentre eles, Torres *et al.*, 2005; Cunha e Jiménez, 2006; Ribeiro e Katzman, 2008; Ribeiro *et al.*, 2010; Koslinski e Alves, 2012). Não se trata, todavia, de encontrar uma causalidade para as questões escolares a partir das dimensões extraescolares, em especial socioespaciais, mas sim buscar compreender que as condições do lugar e do grupo de vivência interferem em algumas manifestações escolares, tendo em vista que instrumentalizam (ou não) os sujeitos para vivenciarem determinadas experiências.

A relação entre a escola e seu entorno social, abarcando a unidade familiar sem se restringir a ela, permite adentrar à compreensão das relações no território em que a instituição se encontra, emergindo como importante meio para o entendimento dos fatores envolvidos no processo de construção do trabalho escolar. Aspecto que, quando tomado em associação com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), auxilia na compreensão do trabalho da escola, ainda que incapaz de, sozinho, espelhá-lo (Almeida, 2014b).

Pensar sobre os fatores socioespaciais que interferem no desempenho escolar requer a reflexão sobre diferentes aspectos e ainda que um estudo mais amplo que abarcasse diversas variáveis fosse o ideal, pelos limites impostos pelos dados empíricos aqui utilizados,

<sup>2</sup> Faz-se referência aqui à reflexão feita por Freire (1996) de que embora as condições materiais não determinem ações e destinos, certamente são fortes condicionantes destes, que, como tal, não podem ser ignorados.

o presente artigo analisará a desigualdade educacional focando a distribuição dos alunos de uma mesma região entre escolas vizinhas e sua relação com o desempenho escolar das instituições. O objetivo do trabalho é, portanto, o de contribuir para a compreensão de uma das possíveis facetas da desigualdade escolar: a distribuição de estudantes entre escolas vizinhas.

## Delimitação metodológica do estudo

Os dados aqui analisados são oriundos da pesquisa de pós-doutorado financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a qual focando o aprofundamento da compreensão da relação entre o desempenho escolar e o entorno social das escolas procurou aprofundar a investigação sobre a questão da escolha da escola pelas famílias, aspecto evidenciado em pesquisa anterior (Almeida, 2014a), também financiada pela FAPESP, cujo objetivo foi compreender a relação entre o desempenho escolar de escolas municipais de Campinas (SP) e o entorno social das escolas, utilizando-se de observação, entrevistas semiestruturadas e grupos focais em quatro escolas eleitas pelo critério de contraste<sup>3</sup> que, dentre outros achados, verificou que as escolas com melhor desempenho em regiões mais empobrecidas vivenciavam a escolha de sua instituição em detrimento de outras da mesma região, o que trouxe à tona indagações sobre a distribuição de alunos entre as escolas, aspecto que levou ao delineamento da presente investigação cujo foco está na identificação de indícios de escolha da escola por parte das famílias.

Tomando este cenário como foco de análise, mapeou-se as escolas públicas (municipais e estaduais) do mesmo município estudado anteriormente, localizando as escolas próximas e cruzando informações de desempenho e composição socioeconômica dos alunos dessas escolas, de forma a observar se entre escolas muito próximas, mas com diferentes desempenhos, haveria distribuição desigual de estudantes segundo suas condições socioeconômicas. Assim, o mapeamento foi elaborado para verificar se a distribuição dos alunos em escolas

com localização próxima, aqui denominadas “escolas vizinhas”, e com desempenho diferenciado, estaria associada à diferenciação na composição socioeconômica das famílias atendidas, aspecto que não evidenciaria, mas indicaria processos de escolha escolar, já que escolas muito próximas territorialmente acolheriam alunos com composição socioeconômica diferenciada.

O indicador de desempenho utilizado foi o IDEB e o de composição socioeconômica a porcentagem de famílias das classes socioeconômicas e de consumo C, D e E presentes em cada instituição, calculada a partir do Critério Brasil<sup>4</sup>. Portanto, a organização do mapeamento relacionou localização, indicador de desempenho da escola e indicador de composição socioeconômica das famílias atendidas pela instituição.

O mapeamento abarcou as escolas que ofertam os anos iniciais do Ensino Fundamental (EF) na rede pública do município de Campinas (SP) (estaduais e municipais), selecionando aquelas que pudessem ser classificadas como vizinhas, agrupando-as por proximidade. Foram utilizados o IDEB e a Classe socioeconômica e de consumo correspondentes aos dados dos alunos do 5º ano do EF participantes da Prova Brasil de 2011<sup>5</sup>, delimitando-se como foco de análise os agrupamentos em que houvesse instituições com desempenho diferenciado no IDEB. Para a definição das escolas vizinhas optou-se por selecionar aquelas cuja proximidade permitiria facilidade de acesso entre elas, possibilitando a opção por uma ou outra sem o impedimento da distância. Assim, o critério de seleção delimitado foi a proximidade entre as instituições: raio máximo de 1 km de distância e percurso de até 15 minutos de caminhada entre elas.

A seleção possibilitou o trabalho com 64 escolas, organizadas em 25 agrupamentos por proximidade (Figuras 1 e 2, apresentadas na próxima seção). Sendo exceção para este critério apenas o agrupamento 3, formado por 4 escolas cuja distância entre as instituições menos próximas leva 23 minutos caminhando, o que é justificado pela grande proximidade entre as escolas intermediárias, não sendo produtiva a tentativa de divisão do agrupamento. O mapeamento foi elaborado no programa Terra View

<sup>3</sup> O critério de eleição das escolas pesquisadas foi o de contraste, a partir da localização espacial em zonas de vulnerabilidade social (ZVS) e o desempenho alto ou baixo em relação à média da rede pesquisada, sendo o primeiro par formado por escolas localizadas em ZVS diferentes, mas com mesmo desempenho escolar (E1 em ZVS relativa baixa e E2 em ZVS absoluta, ambas com alto desempenho) e o segundo formado por escolas localizadas em mesma ZVS, mas com desempenhos diferentes (E3 com alto desempenho e E4 com baixo desempenho, ambas em ZVS absoluta) (Almeida, 2014a).

<sup>4</sup> Critério Brasil é o “Critério de Classificação Econômica Brasil” da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), o qual estima o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, agrupando-as em classes econômicas. Maiores informações em <http://www.abep.org/criterio-brasil>. O agrupamento das classes C, D e E é justificado por dois aspectos: (i) pelo objetivo do trabalho para o qual importa a diferença na concentração em determinadas escolas, em detrimento de outras, de famílias classificadas em maior ou menor classe de consumo e (ii) pelo baixo número de famílias classificadas na classe E, o que tornou seu isolamento improutivo para a análise.

<sup>5</sup> A utilização dos dados da Prova Brasil 2011 se justifica pelo fato de que a pesquisa foi desenvolvida antes da disponibilização dos microdados da Prova Brasil 2013.

Política Social<sup>6</sup>, sendo possível a partir do cruzamento do mapa de logradouros da cidade de Campinas (SP), dos dados acerca do IDEB-2011 e da classificação socioeconômica e de consumo das famílias atendidas pelas instituições a partir dos dados socioeconômicos da Prova Brasil-2011.

## Distribuição de alunos entre escolas vizinhas: agregando dados e caminhos à literatura

Em pesquisa qualitativa finalizada em 2014 (Almeida, 2014a) observou-se que as escolas com melhor desempenho em regiões mais empobrecidas vivenciavam a escolha de sua instituição em detrimento de outras da mesma região, o que trouxe à tona a necessidade de compreensão da distribuição dos alunos entre escolas próximas. Observou-se que as escolas de maior desempenho recebiam alunos cujas famílias optaram por matricular seus filhos nestas instituições em detrimento de outras possíveis na região.

O exercício de escolha, também denominado de “eleição” dentro da literatura da área, é fortemente marcado por sua contribuição à construção da desigualdade educacional, já que diretamente relacionado com a oferta e acesso desiguais aos diferentes tipos de estabelecimentos escolares por diferenciados grupos familiares.

Ainda que a questão, como indicam Barroso e Viseu (2003), tenha espaço de debate amplo e longo em outros países, dentro da realidade brasileira é um tema que carece de exploração e evidências empíricas acerca de sua materialização no cotidiano escolar, assim como de seus mecanismos de ação, especialmente por se relacionar diretamente com as políticas educacionais adotadas pelos sistemas escolares e com mecanismos de segregação residencial que, segundo estudos de van Zanten (2010, p. 410), podem manter “[...] uma relação estreita com a segregação escolar, isto é, com a concentração de alunos dotados de características escolares, sociais e étnicas semelhantes [...]” o que, por sua vez, facilita ou dificulta o trabalho desenvolvido pela instituição escolar.

Retomando conceitualmente a questão da segregação residencial, embora Marques (2005) explice que o termo carrega em si diversas possibilidades analíticas e, como aponta Bichir (2009), não haja um consenso sobre a definição conceitual ou delimitação de quais grupos sociais deveriam ser privilegiados nos estudos acerca da segregação residencial, muitos têm se dedicado a

compreendê-la como posição homogênea ou não no espaço habitado. Um aspecto importante nesta discussão é que embora “[...] a estrutura geral da metrópole continue a ser marcada por intensa segregação residencial entre áreas ricas e pobres, [...] espaços igualmente pobres, por vezes, apresentam características muito diferentes entre si” (Torres *et al.*, 2006, p. 237), o que aconteceria pelo acesso desigual a serviços e equipamentos públicos, ou mesmo ao diferente nível de exposição às “mazelas urbanas”, tais como desemprego e violência, dentre outras.

Enquanto a região habitada pelas elites é quase completamente exclusiva, as áreas periféricas são bastante heterogêneas socialmente. Os grupos mais segregados são exatamente as classes superiores. Além disso, há um claro padrão de “evitação” entre classes sociais na segregação, especialmente para a elite, sendo os graus de segregação ordenados para cada grupo com relação aos demais, e crescentes à medida que descemos (ou subimos) na estrutura social (Marques, 2014, p. 27).

Parece que mesmo os territórios delimitados por características similares de pobreza devem ser entendidos em suas especificidades, já que a distribuição dos serviços e equipamentos públicos, estrutura de oportunidades, assim como a maneira como as diferentes famílias reagem às oportunidades a que estão expostas não são necessariamente iguais, elemento que corrobora a percepção multidimensional das desigualdades, dentre elas a educacional que acaba refletindo aspectos dessa desigualdade social, no caso específico em estudo a segregação escolar que se vincula, embora não se restrinja, à segregação residencial. O que justifica a preocupação de pesquisas que procuram compreender como as escolhas feitas pelas famílias podem gerar ou reforçar o processo de segregação escolar muitas vezes ocorrido em um mesmo território, em que determinadas instituições escolares recebem determinados grupos de alunos com características familiares, socioeconômicas e culturais, diferenciadas em relação às demais frequentadoras das outras escolas daquela mesma região. Dimensão diretamente ligada aos processos de escolha da escola e do chamado quase mercado em educação.

Alves *et al.* (2010, p. 68-69) observam que “entre os alunos pobres, os mais pobres frequentam as piores escolas, o que geralmente é determinado pela localização do domicílio e do próprio estabelecimento de ensino”, sendo que a perspectiva de acesso a escolas de qualidade pelas famílias desses alunos é limitada não apenas pela falta de instituições, mas por não estarem

<sup>6</sup> O software *TerraView Política Social* é uma ferramenta voltada para a produção de análises especiais a partir de dados demográficos, econômicos e sociais. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/1202>.

dentro de um “horizonte possível (valores e expectativas diferenciadas)” ligadas a determinadas características socioeconômicas e culturais. Destaque feito também por van Zanten (2010, p. 413) ao explicitar que muitas vezes as escolas não são selecionadas pelo que agregam, pela “[...] contribuição de suas formas de organização aos resultados finais em relação a outros estabelecimentos comparáveis”, mas sim pela proximidade e reputação.

Esse aspecto foi observado nos dados empíricos da pesquisa anterior (Almeida, 2014a) quando os respondentes destacaram a escolha da escola pela reputação que ela tem na região. Como explicitado nos trechos transcritos a seguir, a escolha é exercida, especialmente, a partir da informação que circula sobre a escola:

[...] nem todos os alunos da nossa escola pertencem a esta comunidade, alguns mascaram o endereço durante o geoplanejamento por conta desse “glamour” da escola, por ser uma escola boa (Entrevista, Escola 1 – Gestor 1).

Aqui nesta escola isso é muito forte, a escolha. É uma briga, porque eles vão saber do outro se a escola é boa e perguntam para a comunidade (Grupo Focal, E2 – Gestor).

Muitos deles querem vir para cá. Eles acham que a escola aqui é melhor do que a de lá. Eles não querem estudar na escola do bairro deles. Eles pegam endereço daqui, conta daqui, para conseguir vaga... (Entrevista, E3 – Líder Comunitário).

Observar a estratégia de matrícula de algumas famílias incluindo, em alguns casos, ações que burlam as regras de matrícula estipuladas pelo sistema de ensino, sugere que haja uma ação intencional em busca de condições diferenciadas de escolarização para seus filhos. O que pode ser percebido como o que Bonal e Tarabini (2010) chamaram de “educabilidade por oportunidade”, já que os meios mínimos para frequentar a escola são oferecidos pela família que, ao exercer a escolha, manifesta a posse de valores semelhantes aos do modelo escolar ou, ao menos, domínio dos mecanismos para burlar o sistema e efetuar a matrícula na escola desejada, melhorando as chances de sucesso na trajetória escolar de seus filhos.

Este processo de escolha da escola, como explicita Brandão (2010), pode significar um primeiro movimento familiar na construção e busca da trajetória escolar de seus filhos. Ou seja, essas crianças podem ser consideradas provindas de famílias que valorizam a educação e utilizaram do mecanismo de escolha para melhorar suas oportunidades educacionais. O que, certamente, não significa que a oportunidade de acesso a determinadas instituições represente de forma linear altos resultados e, posterior, melhores posições sociais, já que, como bem

pontua Enguita (2001, p. 283, tradução nossa), o acesso melhora a mobilidade escolar, mas não garante igualdade de resultados nem escolares, tampouco de mobilidade social posterior:

Ainda que, sem dúvida, tenha melhorado muito a educação dos que recebem menos e ainda que se possa afirmar que aumentou as oportunidades de mobilidade educacional, a origem de classe segue pesando fortemente sobre as oportunidades escolares (e também, depois, sobre os efeitos desses resultados no mercado de trabalho).

Considerada a especificidade do âmbito escolar e tomando-se a indicação feita pela pesquisa de Alves (2010) em que a escolha do estabelecimento escolar pelos pais estaria associada a um melhor desempenho dos filhos, pode-se pensar que as famílias atendidas pela escola, e sua escolha por esta instituição, são um importante fator de análise acerca do desempenho escolar médio das escolas. Isso ocorre mesmo no caso de crianças vindas de bairros mais carentes, já que provindas de famílias que percebem de maneira específica o sistema escolar e, a partir dessa percepção, exercem ações para mudar ou melhorar as oportunidades e perspectiva de futuro de seus filhos.

Todavia, como destacam Resende *et al.* (2011, p. 956) essa escolha não pode ser entendida como reflexo de uma ampla análise, já que nem todas as famílias fazem uma avaliação com critérios claros para optar por uma ou outra escola. Ainda que se possa assumir que, ao menos, fazem a opção buscando a melhor entre aquelas disponíveis e procurando como parâmetro a avaliação obtida junto aos pares, a exemplo da declaração feita pelo pai/responsável participante da pesquisa anterior (Almeida, 2014a) que ao justificar a opção pela escola pontua “A minha filha estudava numa escola particular, mas como eu não tinha mais condições de pagar, eu coloquei aqui porque falaram que era [uma escola] muito boa” (Entrevista, E2 – Pai/Responsável 4).

Procurando trazer novas evidências ao debate e tendo como referência as evidências empíricas acerca da escolha da escola pelas famílias presentes na pesquisa desenvolvida qualitativamente (Almeida, 2014a), tomou-se as escolas públicas que atendem aos anos iniciais do EF no município de Campinas (SP) distribuindo-as territorialmente, de modo a observar como estariam dispostas a partir do cruzamento entre sua localização socioespacial, desempenho no IDEB e composição socioeconômica.

Assumindo que os movimentos de escolha contribuem para a segregação escolar, o mapeamento foi delimitado de forma a observar a distribuição de alunos entre as escolas públicas vizinhas, já que, como explicitado

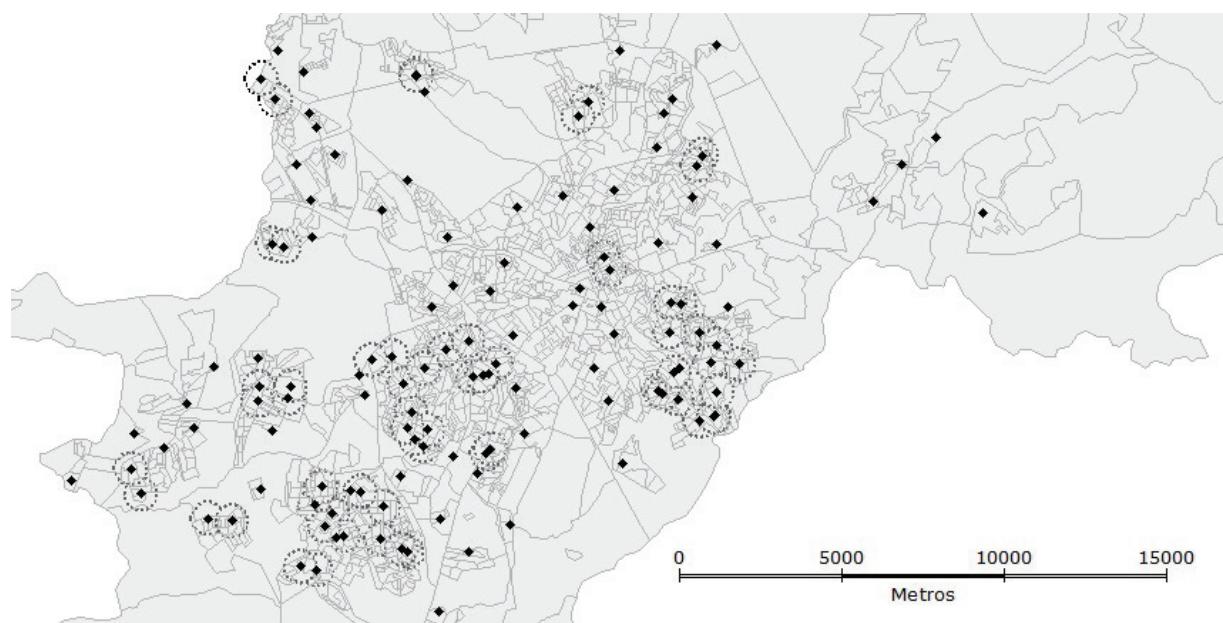
anteriormente, em caso de segregação escolar potencializada pela escolha teria-se escolas com diferentes desempenhos e, embora territorialmente muito próximas, com diferente composição socioeconômica entre elas.

Localizadas todas as escolas públicas do município, como evidenciado na Figura 1, observou-se que 64 delas, aquelas que na figura aparecem envoltas pelo pontilhado, podem ser consideradas escolas vizinhas tomando o critério metodológico assumido de raio máximo de 1 km e até 15 minutos de caminhada entre elas.

A partir desse mapeamento inicial de 64 escolas que se enquadram no critério estabelecido foi possível a delimitação de 25 agrupamentos de escolas vizinhas no município estudado, os quais são numericamente diferentemente formados em decorrência da maior ou menor frequência de escolas consideradas vizinhas na proximidade. Como evidenciado na Figura 2, há agrupamentos com maior número de instituições (quatro) e outros com número menor (dois), aspecto justificado pela alocação das instituições escolares pelo poder público considerar, dentre outros parâmetros, a concentração populacional de pessoas em idade escolar e a demanda dela decorrente nas diferentes regiões da cidade. Ou seja, regiões com maior número de crianças em idade escolar exigem número maior de escolas e abarcam, portanto, maior possibilidade de estabelecimentos espacialmente próximos, o que gera um número maior de unidades escolares naquele agrupamento de escolas vizinhas.

Buscando verificar a hipótese da investigação, sobre a segregação escolar potencializada pela escolha da instituição escolar por parte das famílias, em que escolas vizinhas com resultados no IDEB diferenciados atenderiam extratos diferentes da população residente na mesma região, atribuiu-se a cada escola seu IDEB-2011 e sua concentração de famílias nas classes C, D e E pelo Critério Brasil. Para fins de operacionalização da pesquisa, o IDEB das escolas foi reclassificado em “abaixo da média, na média e acima da média” de forma a serem localizados os estabelecimentos escolares em relação à média do município estudado. Já a distribuição de escolas pela concentração nos grupos C, D e E foi feita em três níveis com intervalos iguais. A opção pela reclassificação com três níveis para ambas as informações se justifica pela intencionalidade de comparação das escolas vizinhas a partir dos resultados encontrados nos indicadores selecionados.

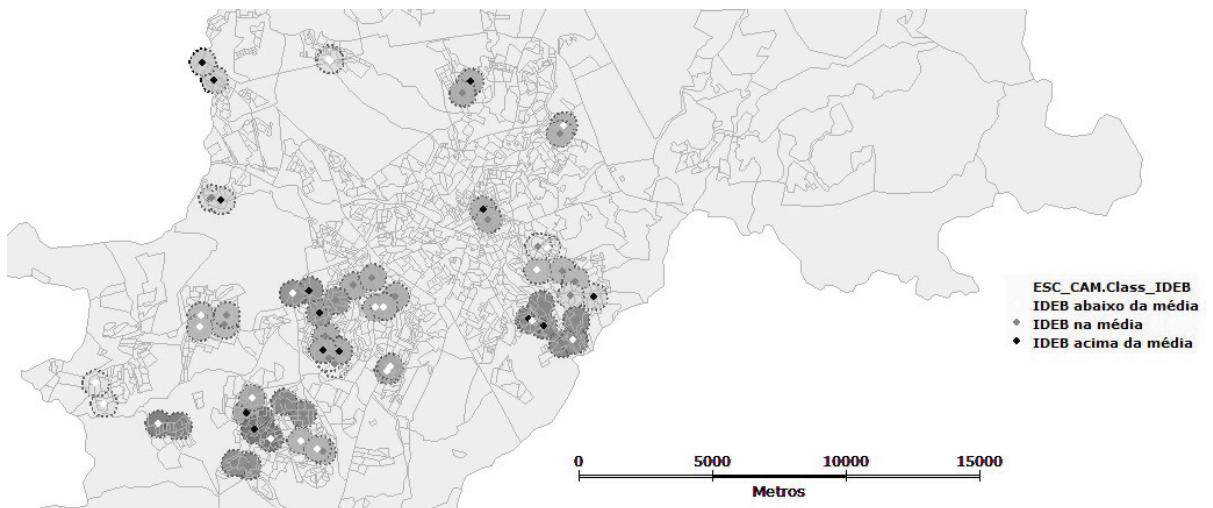
Num primeiro momento, buscou-se identificar quais agrupamentos possuíam escolas com classificação no IDEB diferenciada, delimitando-se o grupo a ser analisado quanto à concentração das famílias das classes C, D e E. Como pode-se observar na Figura 3, em relação ao IDEB, dos 25 agrupamentos 17 apresentam escolas com resultado diferenciado, havendo apenas 8 com instituições de mesmo IDEB. Aspecto que evidencia a diferença de resultado neste indicador entre escolas vizinhas que, teoricamente, atenderiam população de características socioeconômicas semelhantes.



**Figura 1.** Distribuição das escolas públicas e sua agregação por vizinhança.  
**Figure 1.** Public schools distribution and clusters by neighbouring schools.



**Figura 2.** Escolas públicas vizinhas em seus agrupamentos.  
**Figure 2.** Public neighbouring schools in their clusters.

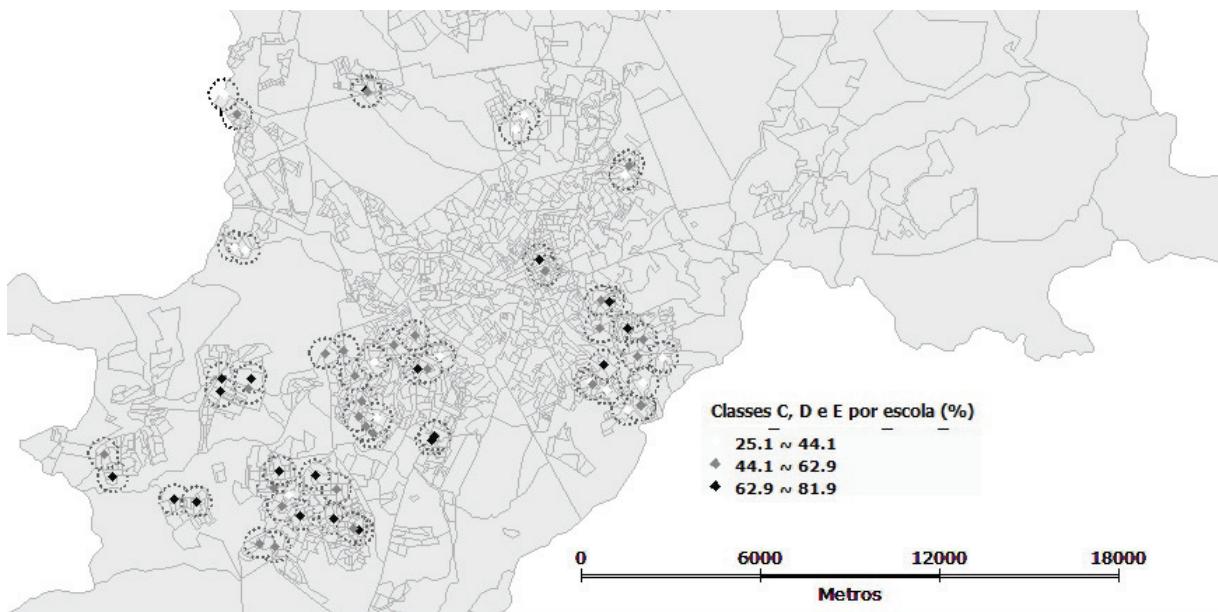


**Figura 3.** Classificação das escolas vizinhas pelo IDEB nos diferentes agrupamentos.  
**Figure 3.** Classification of public neighbouring schools by IDEB in different clusters.

Em posse da informação acerca das escolas vizinhas cujo IDEB é diferenciado, passou-se a observar aquelas que mesmo localizadas em uma mesma região atendiam uma população com característica socioeconômica diferenciada, aspecto investigado a partir do indicador “Classe socioeconômica e de consumo”. Como destacado na Figura 4, dos 25 agrupamentos, 18 possuem escolas em diferentes intervalos de concentração de famílias nas classes socioeconômicas e de consumo C, D e E, havendo apenas 7 com instituições no mesmo

intervalo. Aspecto que indicia que as escolas vizinhas, diferentemente do que se poderia supor, não atendem crianças de características socioeconômicas iguais.

Unindo-se as duas informações pôde-se observar que dos 17 agrupamentos com diferenciação nos resultados no IDEB 12 também apresentam diferenciação na distribuição da concentração das classes socioeconômicas e de consumo, em que a maior concentração de famílias das classes C, D e E coincide com o menor IDEB entre as escolas vizinhas. Aspecto que corrobora a hipóte-



**Figura 4.** Classificação das escolas vizinhas pela concentração nas classes socioeconômicas e de consumo C, D e E nos diferentes agrupamentos.

**Figure 4.** Classification of public neighbouring schools by concentration of consumer and socio-economic classes in different clusters.

se de que mesmo entre escolas vizinhas há extratos diferentes da população sendo atendidos, segregação escolar, aspecto que poderia ser explicado, em parte, pelos processos de escolha da escola pelas famílias e o mecanismo nomeado por Costa e Koslinski (2011) como “quase-mercado oculto”.

Costa e Koslinski (2011) afirmam que mesmo entre escolas públicas não classificáveis propriamente como de elite ou excelência, há a disputa por vagas naquela cuja reputação é de escola de boa qualidade. Aspecto que corrobora à segregação escolar já que potencializa a concentração de crianças com determinados perfis familiares em determinadas instituições em detrimento de outras da mesma região.

Como bem pontua Seabra (2009, p. 79) ao discutir as desigualdades escolares e sociais, esta não é a única estratégia, já que quando a escolha do estabelecimento não é possível, internamente à escola se efetiva outras formas de distinção e segregação, como diferenciação por turmas e horários com professores mais qualificados:

Algumas destas estratégias são publicamente assumidas, como é o caso da “livre escolha da escola”, outras são mais sutis, como a pressão sobre os agentes escolares no sentido da constituição de turmas de nível e a preferência por horários com os professores mais qualificados, a coberto da conciliação com a frequência de atividades extraescolares.

Todavia, focando a análise na questão da escolha da escola, internacionalmente, como pode-se perceber em estudo acerca da realidade da Bélgica (Waltenberg e Vandenberghe, 2006), a liberdade de escolha do estabelecimento escolar pelos pais gera uma mobilidade intensa entre as escolas, o que não pode ser lido como mero movimento aleatório, já que depende dos dois lados da relação: tanto da demanda das famílias, quanto da oferta do serviço pelas escolas. Os referidos autores associam este fenômeno na Bélgica ao quase mercado em educação, no qual as oportunidades educacionais são distribuídas de forma desigual em decorrência da escolha da escola e da forma de acesso à mesma.

Barroso e Viseu (2003) pontuam que em países como Reino Unido, Países Baixos, Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos da América, as políticas de livre escolha têm criado um “quase mercado em educação”, o qual introduz a lógica econômica na organização e no funcionamento do sistema escolar. Para os autores, um dos principais instrumentos para a criação de um mercado educativo é a não obrigatoriedade de matrícula dos estudantes em escolas próximas à sua residência.

Embora no Brasil não haja ainda iniciativas deliberadas de abertura à livre escolha da escola pelas famílias nas redes públicas de ensino, na qual haveria concorrência direta entre os estabelecimentos escolares por estudantes, há evidências do quase-mercado configurado como uma

procura diferenciada, mesmo dentro da mesma rede de ensino, por escolas de maior tradição e prestígio. Chamado por Costa e Koslinski (2012) de “quase-mercado oculto”, sua existência pode ser observada tanto em redes com flexibilidade de matrícula, como no caso do Rio de Janeiro (Costa e Koslinski, 2011, 2012), quanto nas organizadas a partir da matrícula por proximidade de domicílio, como no caso de São Paulo (Cenpec, 2012a, 2012b).

O que os estudos observam é que o movimento do quase-mercado oculto se dá pelos esforços familiares de busca de determinados estabelecimentos escolares cujo critério de escolha se baseia na reputação da instituição, seu prestígio ou tradição. Sendo muitas vezes realizada “[...] muito mais pela ‘evitação’ da escola localizada no bairro em que vivem e cujo modo de funcionamento assemelha-se às dinâmicas do próprio território” (Cenpec, 2012a, p. 14, grifo do autor). Aspecto cujas evidências não apontam apenas para a escolha da escola por parte das famílias, como também para mecanismos de seleção não declarados por parte das instituições escolares (Costa e Koslinski, 2011; Cenpec, 2012b).

[...] há forte seletividade por parte de algumas escolas mais conceituadas, o que ocorre de forma velada. A existência de uma reduzida independência da gestão escolar – mesmo que esta não tenha sido estimulada por uma política deliberada – tem levado a artifícios como o de “esconder vagas”, ou à rejeição de alunos (Costa e Koslinski, 2011, p. 256).

Aspecto que coloca foco, também, na ação dos estabelecimentos escolares e das desigualdades (re)produzidas por eles para a compreensão do fenômeno, já que a igualdade de oportunidades não se finaliza na oportunidade de acesso a uma instituição escolar ou na ação da família para matricular seu filho nesta ou naquela instituição, mas na permanência nela e nos mecanismos internos que ela pode, ou não, propiciar para garantir uma permanência produtiva dos estudantes e, em decorrência disso, maior possibilidade de igualdade de resultados.

Como bem pontua Enguita (2001, p. 290-291, tradução nossa), frente às desigualdades espaciais é necessária a oferta da escola, mas também de mecanismos internos a ela, compensatórios, que possibilitem fazer frente a outras desigualdades que afetam o acesso às oportunidades escolares.

Frente às desigualdades regionais e locais, por último, o imperativo da igualdade exige uma provisão igualitária, até onde a população não conte com o equipamento básico, e compensatória até onde outras desigualdades pesem fortemente sobre as oportunidades escolares.

Algo importante de se destacar é que seja pela política de matrícula setorizada em que a população atendida pela escola é idealmente oriunda de seu entorno social mais próximo, havendo uma abrangência de logradouros estabelecida pela rede para cada estabelecimento escolar, seja a partir de processos de escolha da escola por determinadas famílias ou de determinados alunos pela instituição, lida-se com mecanismos que acirram ainda mais a segregação escolar. No caso da matrícula setorizada e decorrente das desigualdades sociais marcadas pela segregação residencial na sociedade brasileira: pela delimitação socioespacial do atendimento. No caso da escolha: pela procura de determinados grupos de famílias por determinados grupos de escolas que tornam algumas instituições locais de agregação dos “bons” alunos, oriundos de famílias mobilizadas ou com nível socioeconômico e cultural mais altos, e outras instituições como passíveis de “decantação de alunos problema” (Cenpec, 2012b).

Casos que realizados simultaneamente, de forma não oficial, tornam a realidade ainda mais perversa, já que a matrícula setorizada segregá as famílias com melhores condições socioeconômicas, culturais e de modelo de socialização próximo ao da escola em determinados estabelecimentos escolares, relacionada diretamente à segregação residencial, e, considerando que muitas famílias fazem uso de mecanismos como declaração falsa de moradia para escolher escolas de melhor reputação para matricular seus filhos, essa segregação se torna ainda mais forte, agregando nestas escolas as famílias mais mobilizadas também de outras regiões.

Interessante destacar, todavia, que há dois agrupamentos do mapeamento realizado em que a maior concentração de famílias das classes C, D e E não coincide com o menor resultado educacional, assim como três em que ainda que o resultado no IDEB seja diferenciado, as escolas se encontram em mesmo intervalo de concentração de famílias nas classes C, D e E, sugerindo uma análise mais pormenorizada dessas escolas em vias de compreender como se distanciam da tendência geral e se isso se deve a ações específicas que poderiam estar ligadas ao que Enguita (2001) chama de ações compensatórias na escola ou ao que Seabra (2009, p. 77) destaca ao retomar os estudos sobre as desigualdades escolares e sociais, em que haveria o deslocamento da lógica de igualdade para uma lógica de equidade, em que “a distribuição de recursos deve ser diferenciada em função das necessidades também diferenciadas” o que geraria resultados mais positivos àqueles em piores condições de ingresso<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Como destaca Seabra (2009), na literatura se observa esta questão como “discriminação positiva”.

Todavia, como evidenciaram as pesquisas anteriormente debatidas, corroboradas pelos nossos dados, parece haver certa divisão entre as escolas de uma mesma região, em que algumas recebem os “bons alunos” e outras os de “mau desempenho”. Tal divisão poderia ser possibilitada tanto pela escolha das próprias famílias, quanto pela ação das escolas ao permitirem a matrícula de alguns alunos em detrimento de outros ou terem mecanismos internos de exclusão de estudantes que não se adequam à cultura escolar daquele estabelecimento, como explicita Jennings (2010) em relação ao caso norte americano. Aspecto presente de forma tangencial na pesquisa qualitativa anteriormente realizada (Almeida, 2014a) quando, por exemplo, em conversa com o diretor de uma das escolas (E1) este deixa transparecer a possibilidade de avaliações subjetivas para as matrículas, nas quais ainda que o critério principal seja a maior proximidade da residência da família ao logradouro da escola, esta nem sempre é cumprida à risca<sup>8</sup>.

Assim, pelos dados qualitativos da pesquisa anterior (Almeida, 2014a) e as pesquisas anteriormente citadas, o fenômeno de escolha do estabelecimento escolar pelas famílias parece bastante vinculado às possibilidades socioeconômicas e culturais destas, o que pode explicar, em parte, a distribuição diferenciada de matrícula entre escolas que atendem uma mesma região, fenômeno que poderia ser associado ao do quase mercado em educação que se refere a contextos em que a lógica de procura e oferta do mercado estão postos à educação, onde há oferta assimétrica de oportunidades educacionais aos diferentes segmentos da população, gerando formas desiguais de acesso a diferentes tipos de escola.

Como destaca Alves (2010), ao interrogar sobre os mecanismos que geram a estratificação educacional, a literatura tem demonstrado com certa insistência que os efeitos das características familiares, com especial ênfase nos fatores relacionados à demanda de escolaridade, são um fator relevante de estudo. A autora pontua que embora a principal forma de estratificação possa ser a separação dos alunos entre as redes pública e privada, mesmo dentro de uma mesma rede a escolha de uma ou outra escola se mostra como variável importante na produção ou manutenção dessa estratificação.

A escolha e o quase mercado educacional, associados à segregação escolar pela diferenciação de grupos entre escolas ainda que de uma mesma rede de ensino, corroboram à explicação da diferença de desempenho entre as escolas, já que o desempenho escolar está diretamente relacionado às características da população

atendida, que, por sua vez, facilitam ou complexificam o trabalho escolar em dependência dos recursos materiais, socioemocionais ou de estratégias familiares para escolarização dos filhos (Almeida, 2014a).

## Considerações finais

A questão da distribuição de alunos entre escolas vizinhas coloca em destaque os mecanismos de segregação escolar, escolha da instituição pelas famílias ou seleção dos alunos pela escola evidenciando formas de (re)produção da desigualdade educacional. A partir dos dados ora apresentados, pôde-se observar como se comportavam os agrupamentos marcados pela coexistência socioespacial de escolas vizinhas com resultados diversificados no IDEB, dos quais a maior parte (12 em 17) é marcada pela existência de ao menos uma escola com composição socioeconômica mais desfavorecida. Aspecto que agregado às evidências da literatura consultada permite avançar no debate dos mecanismos de escolha da escola como possível fator de diferenciação entre instituições escolares.

Todavia, ainda que metodologicamente o percurso construído possa ser interessante para a análise do fenômeno, é importante que se proceda a uma análise mais pormenorizada das características das escolas vizinhas e de seu entorno social, assim como da motivação das famílias que exercem a escolha. Observando-se, também, se o papel das escolas neste processo pode levar à seleção de alunos pela instituição ou se a organização de seu trabalho pedagógica pode fazer a diferença no atendimento das famílias e gerar resultados mais positivos em relação à trajetória de escolarização das crianças atendidas.

O prisma da escolha evidencia que mesmo no interior do sistema público de educação há traços do que se observa como um quase mercado oculto, o qual potencializa a desigualdade educacional. Avançar nesta perspectiva, para além do conhecimento do fenômeno em si, auxilia na problematização das políticas públicas educacionais, já que a distribuição desigual de matrículas não é aspecto facilmente resolvido, mas pode estar estreitamente associado à diferenciação entre escolas da mesma região e gerar necessidade, por um lado, de revisão dos critérios adotados pelas escolas para a efetivação das matrículas e, por outro, mobilização para a adoção de outras formas de organização do trabalho escolar para fazer frente aos desafios postos pela população atendida, levando a escola a repensar seu trabalho frente aos processos de desigualdade e de injustiça intraescolares.

<sup>8</sup> Um exemplo específico foi o caso de um determinado aluno que conseguiu vaga mesmo havendo outras cuja moradia era mais próxima da escola, por sua mãe, professora da mesma rede, ter ido à escola e argumentado acerca das “necessidades” de seu filho.

Em relação à tentativa de enfrentamento da questão via política de matrícula, não se vê uma saída simples: tanto as políticas de livre escolha não são aconselháveis por promoverem a segregação “voluntária”, favorecendo as famílias com modelos de socialização mais próximos ao da escola, quanto as de setorização de matrícula por proximidade de residência também não são a melhor opção, já que segregam em seu desenho inicial e permitem que famílias mais mobilizadas se concentrem em determinadas escolas em detrimento de outras por mecanismos extraoficiais. Desafio que para ser eficazmente enfrentado precisaria ser tomado pelo prisma do enfrentamento das desigualdades sociais, já que sua superação ou, ao menos, diminuição se refletiria de forma contundente também no trabalho escolar e nas desigualdades educacionais, ainda que não fosse o suficiente, já que há uma multidimensionalidade dentro das desigualdades educacionais e algumas delas se referem especificamente à forma de organização do trabalho pedagógico da própria instituição, o que gera a necessidade de uma autorreflexão desta instituição em relação ao seu próprio trabalho.

Por fim, poder-se-ia dizer que a distribuição diferenciada dos alunos entre escolas vizinhas não apenas evidencia mais uma forma de (re)produção das desigualdades socioeducacionais, como permite a observação de mais uma de suas várias facetas, a qual impacta diretamente na (im)possibilidade de garantia do direito à educação de forma mais igualitária à toda a população.

## Agradecimentos

Um agradecimento especial à ajuda indispensável dos colegas e pesquisadores do Centro de Estudos da Metrópole: Daniel Waldvogel, José Donizete e Edgard Fusaro.

## Referências

- ALMEIDA, L.C. 2014a. *Relação entre o desempenho e o entorno social em escolas municipais de Campinas: a voz dos sujeitos*. Campinas, SP. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 326 p.
- ALMEIDA, L.C. 2014b. As escolas em suas condições concretas: as políticas de avaliação são apropriadas para avaliá-las? In: R.R.D. SILVA; R.M.D. SILVA; R.S. CARVALHO; Z.A. BITTENCOURT, *Políticas contemporâneas de escolarização no Brasil: uma agenda investigativa*. Curitiba, CRV.
- ALVES, F. 2010. Escolhas Familiares, Estratificação Educacional e Desempenho Escolar: Quais as Relações? *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 53(2):447-468.
- ALVES, F.; LANGE, W.; BONAMINO, A. 2010. A geografia objetiva de oportunidades educacionais na cidade do Rio de Janeiro. In: L.C.Q. RIBEIRO; M.C. KOSLINSKI; F. ALVES; C. LASMAR (orgs.), *Desigualdades urbanas, desigualdades escolares*. Rio de Janeiro, Letra Capital/Observatório das Metrópoles/IPPUR/UFRJ, p. 67-89.
- BARROSO, J.; VISEU, S. 2003. A emergência de um mercado educativo no planeamento da rede escolar: de uma regulação pela oferta a uma regulação pela procura. *Educ. Soc.*, 24(84):897-921. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302003000300008>
- BEN AYED, C. 2012. As desigualdades socioespaciais de acesso aos saberes: uma perspectiva de renovação da sociologia das desigualdades escolares? *Educ. Soc.*, 33(120):783-803. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300008>
- BICHIR, R.M. 2009. Determinantes do acesso à infra-estrutura urbana no município de São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24(70):75-89. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092009000200005>
- BONAL, X.; TARABINI, A. (orgs.). 2010. *Ser pobre en la escuela: habitus de pobreza y condiciones de educabilidad*. Buenos Aires, Miño y Dávila, 190 p.
- BOURDIEU, P. 1974. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 361 p.
- BRANDÃO, Z. 2010. Sucesso e fracasso escolar no contexto das relações família e escola. In: A. DALBEN; J. DINIZ; L. LEAL; L. SANTOS (orgs.), *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Belo Horizonte, Autêntica, p. 647-663.
- CENPEC. 2012a. Esforços educativos de mães num território de alta vulnerabilidade social: um estudo de caso. *Informe de pesquisa*, n. 6, out. Disponível em: <http://wwwold.cenpec.org.br/biblioteca/educacao/informes-de-pesquisa/informe-de-pesquisa-n-6-esforcos-educativos-de-maes-num-territorio-de-alta-vulnerabilidade-social-um-estudo-de-caso>.
- CENPEC. 2012b. Processos velados de seleção e evitação de alunos em escolas públicas. *Informe de pesquisa*, n. 7, out. Disponível em: [http://www.cenpec.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Informe\\_de\\_Pesquisa7.pdf](http://www.cenpec.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Informe_de_Pesquisa7.pdf). Acesso em: 02/2014.
- COLEMAN, J.S.; CAMPBELL, E.Q.; HOBSON, C.J.; MCPARTLAND, J.; MOOD, A. M.; WEINFELD, F.D.; YORK, R.L. 1966. *Equality of Educational Opportunity*. Washington, D.C., Office of Education, U.S. Department of Health, Education, and Welfare; Superintendant of Documents Catalog No. FS 5.238:-38001, 746 p.
- COSTA, M.C.; KOSLINSKI, M.C. 2012. Escolha, estratégia e competição por escolas públicas. *Pro-Posições*, 23(2-68):195-213.
- COSTA, M.C.; KOSLINSKI, M.C. 2011. Quase-mercado oculto: disputa por escolas “comuns” no Rio de Janeiro. *Cadernos de Pesquisa*, 41(142):246-266. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742011000100013>
- CUNHA, J.M.P.; JIMENEZ, M.A. 2006. Segregação e acúmulo de carências: localização de pobreza e condições educacionais na Região Metropolitana de Campinas. In: J.M.P. CUNHA (org.), *Novas Metrópoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. 1<sup>a</sup> ed., Campinas, Unicamp, p. 365-398.
- DALBEN, A. 2014. *Fatores associados à proficiência em leitura e matemática: uma aplicação do modelo linear hierárquico com dados longitudinais do Projeto GERES*. Campinas, SP. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 482 p.
- ENGUITA, M.F. 2001. Igualdad, equidad, solidaridad. *Educ. Soc.*, 22(76):278-294. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302001000300015>
- FREIRE, P. 1996. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra, 165 p.
- FREITAS, L.C. 2011. Responsabilização, meritocracia e privatização:

- conseguiremos escapar ao neotecnismo? In: Seminário de Educação Brasileira, III, Campinas, 2011. *Anais...* CEDES, p. 1-35.
- JENNINGS, J.L. 2010. School Choice or Schools'Choice? Managing in an Era of Accountability. *Sociology of Education*, **83**(3):227-247.  
<https://doi.org/10.1177/0038040710375688>
- KAZTMAN, R.; FILGUEIRA, C. 1999. Notas sobre el marco conceptual. In: R. KAZTMAN (org.), *Activos y estructuras de oportunidades: Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay*. Montevideo, PNUD/CEPAL, p. 8-25.
- KOSLINSKI, M.C.; ALVES, F. 2012. Novos olhares para as desigualdades de oportunidades educacionais: a segregação residencial e a relação favela-asfalto no contexto carioca. *Educ. Soc.*, **33**(120):783-803.  
<https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300009>
- MARQUES, E. 2014. A metrópole de São Paulo no início do século XXI. *Revista USP*, **102**:23-32.  
<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i102p23-32>
- MARQUES, E. 2005. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: E. MARQUES; H.G. TORRES (orgs.), *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade*. São Paulo, Editora SENAC, p. 19-56.
- RESENDE, T.F.; NOGUEIRA, C.M.M.; NOGUEIRA, M.A. 2011. Escolha do estabelecimento de ensino e perfis familiares: uma faceta a mais das desigualdades escolares. *Educ. Soc.*, **32**(117):953-970.  
<https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000400004>
- RIBEIRO, L.C.Q.; KOSLINSKI, M.C.; ALVES, F.; LASMAR, C. (orgs.). 2010. *Desigualdades urbanas, desigualdades escolares*. Rio de Janeiro, Letra Capital/Observatório das Metrópoles/IPPUR/UFRJ, 334 p.
- RIBEIRO, L.C.Q.; KAZTMAN, R. 2008. *A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro/Montevidéu, Letra Capital/FAPERJ/IPPES, 367 p.
- SEABRA, T. 2009. Desigualdades escolares e desigualdades sociais. *Sociologia, problemas e práticas*, **59**:75-106.
- SOARES, J.F.; RIGOTTI, J.I.R.; ANDRADE, L.T. 2008. As desigualdades socioespaciais e o efeito das escolas públicas de Belo Horizonte. In: L.C.Q. RIBEIRO; R. KAZTMAN (orgs.), *A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro/ Montevidéu, Letra Capital/FAPERJ/IPPES, p. 119-144.
- TORRES, H.G.; FERREIRA, M.P.; GOMES, S. 2005. Educação e Segregação Social: explorando as relações de vizinhança. In: E. MARQUES; H.G. TORRES (orgs.), *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade*. São Paulo, Editora SENAC, p. 123-141.
- TORRES, H.G.; MARQUES, E.C.; BICHIR, R.M. 2006. Políticas Públicas, Pobreza Urbana e Segregação Residencial. In: J.M.P. CUNHA (org.), *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas, Editora da Unicamp, p. 231-252.
- TRAVITZKI, R. 2013. *ENEM: Limites e possibilidades do Exame Nacional do Ensino Médio enquanto indicar de qualidade escolar*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 322 p.
- VAN ZANTEN, A. 2010. A escolha dos outros: julgamentos, estratégias e segregações escolares. *Educação em Revista*, **26**(3):409-434.  
<https://doi.org/10.1590/S0102-4698201000300021>
- WALTENBERG, F.D.; VANDENBERGHE, V. 2006. Mobilidade de alunos em um quase-mercado escolar: análise econômica da situação na comunidade francesa da Bélgica. *Pesquisa & Debate*, **17**(2-30):173-201.

Submetido: 21/06/2016

Aceito: 09/05/2017